

“MULHERES FORTES DA TERRA”: PRODUÇÃO ARTESANAL E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES NO ASSENTAMENTO SÃO BENTO EM HEITORAÍ-GO (2016-2019)

“WOMEN STRONG FROM THE LAND”: ARTISANAL PRODUCTION AND SPACES FOR SOCIABILITY IN THE SÃO BENTO SETTLEMENT IN HEITORAÍ-GO (2016-2019)

359

Jean Carlos Ribeiro de Lima

Mestre em Território e Expressões Culturais no Cerrado pela Universidade Estadual de Goiás (TECCER/UEG)

jean_ribeiro_lima@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0491-8962>

Valtuir Moreira da Silva

Doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB)

valtuir13@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2788-5772>

Resumo: Os assentamentos rurais são uma política pública estatal oriundos dos processos históricos e sociais marcados por disputas e embates políticos, circunscritos no âmbito das discussões acerca do tema da Reforma Agrária. Dessa forma, os espaços de assentamentos rurais constituem-se em um direito social conquistado por trabalhadores rurais e camponeses sem terra, organizados em movimentos sociais, com o objetivo de possuir um pedaço de terra para trabalho, produção, renda e acesso à cidadania. Objetivamos, no artigo, propor uma discussão sobre um grupo de mulheres assentadas que realizam um trabalho e produção de objetos artesanais, bem como a fabricação de alimentos como doces, pamonhas e biscoitos, no Assentamento São Bento, localizado no município de Heitorai/GO. A abordagem inicial do texto parte de uma revisão bibliográfica sobre a questão dos assentamentos rurais, das relações de gênero nos espaços de assentamentos e do sentido de uso do trabalho e produção artesanais. Em seguida, buscamos relacionar o sentido da produção artesanal à estratégia de manutenção e reprodução de sociabilidades do grupo de mulheres assentadas, por meio das falas e depoimentos colhidos em entrevistas que foram realizadas no assentamento no ano de 2018. Nesse sentido, foi possível observar que o trabalho e a produção artesanal do grupo de mulheres assentadas contribuem para a formação de redes locais de sociabilidades e coesão dos vínculos de parentesco e vizinhança no espaço do assentamento em questão.

Palavras-chave: Assentamento. Trabalho. Espaço de sociabilidades. Mulheres.

Abstract: Rural settlements are a public policy of the state, resulting from historical and social processes marked by political disputes and clashes, circumscribed within
v. 13, n. 1

ISSN 2237-2075

Building the way

the scope of discussions on the subject of Agrarian Reform. Thus, rural settlement spaces are a social right conquered by rural workers and landless peasants, organized in social movements or not, to own a piece of land for work, production, income, and access to citizenship. The purpose of this article is to propose a discussion about a group of settled women who produce handicraft objects, as well as sweets, pamonhas, and cookies, in the São Bento Settlement, in the municipality of Heitoraiá, Goiás. The initial approach of the text starts with a bibliographic review on the issue of rural settlements, gender relations in settlement spaces, and the meaning of the use of craftwork and production. Next, we seek to relate the meaning of artisan production to the strategy of maintaining and reproducing sociabilities of the group of settled women, through the speeches and testimonies collected in interviews that were conducted in the settlement in the year 2018. In this sense, it was possible to observe that the work and craft production of a group of settled women contributes to the reproduction of sociability networks and the cohesion of kinship and neighborhood ties in the space of the settlement in question.

Keywords: Settlement. Labor. Production. Women.

Considerações iniciais

A literatura especializada define os assentamentos rurais como unidades de produção agrícola que tem por objetivo utilizar a força de trabalho familiar possibilitando, concomitantemente, o acesso à terra e trabalho a inúmeros trabalhadores sem-terra ou com pouca terra. Conforme os estudiosos e pesquisadores do tema, há o consenso de que os assentamentos são, na sua essência teórica e prática, políticas públicas do Estado que envolvem um amplo processo de disputas políticas e conflitos de interesses de diferentes setores da sociedade no tocante ao âmbito da questão agrária brasileira (FERRANTE, 1994; BERGAMASCO; NORDER, 1996; LEITE, 2004; MARTINS, 2009, entre outros).

Conforme Girardi e Fernandes (2008), a relação entre luta pela terra e conquista dos assentamentos rurais é chamada de “política de assentamentos rurais”, como um processo de intensos embates entre diferentes sujeitos sociais e agentes políticos, como o Estado, os trabalhadores rurais, os movimentos sociais, os sindicatos, entre outros, que se intensificaram, mais precisamente, a partir da década de 1990. O marco referencial dessa política pública remonta ao período de redemocratização do Brasil, entre as décadas de 1970, 1980 e 1990 (FERREIRA, 1994; OLIVEIRA, 2007). Nesse contexto, as discussões sobre um plano de reforma agrária se intensificam, o qual envolve uma série de reivindicações e pressões dos movimentos sociais camponeses e dos próprios trabalhadores rurais.

Building the way

Na esteira das reivindicações dos trabalhadores rurais e da mediação dos movimentos sociais camponeses e entidades de apoio à luta pela terra, a política de assentamentos rurais torna-se fundamental como instrumento de garantia dos direitos básicos de sobrevivência e reprodução social no campo. As plataformas reivindicatórias do campesinato passam a exigir não apenas o direito de acesso à terra e trabalho, mas, também, direitos que estão intimamente associados à soberania alimentar, à saúde, educação, saneamento básico e à qualidade de vida.

Dessa forma, pretendemos discutir o processo organizativo de um grupo de mulheres assentadas que realiza um trabalho artesanal em um assentamento rural no município de Heitorai-GO. Objetivamos abordar a dimensão subjetiva da produção artesanal por esse grupo de assentadas no conjunto das relações sociais sedimentadas por experiências e vínculos interpessoais consolidados no interior do assentamento. Propõe-se também à reflexão a despeito das práticas coletivas e de economia solidária apresentadas pelo grupo de assentadas, através da produção artesanal, como forma de estabelecimento e perpetuação de sociabilidades tecidas cotidianamente.

Realizaremos uma discussão que busque, em primeiro lugar, contextualizar o processo de formação do Assentamento São Bento no município de Heitorai-GO. Desse modo, poderemos compreender as substâncias histórico-sociais que demandaram a luta pela terra na região, bem como perscrutar a respeito dos vínculos e laços de sociabilidades construídos entre as mulheres assentadas que formam o grupo de produção artesanal. Em segundo, realizaremos uma breve discussão sobre a questão de gênero nos espaços de assentamentos, buscando refletir sobre as desigualdades e os estereótipos que permeiam a atuação feminina nesses espaços. Por fim, analisaremos a constituição do grupo de mulheres, os meios pelos quais desenvolvem um trabalho artesanal e como essa atividade fornece subsídios para o fortalecimento das sociabilidades e autonomia das assentadas no âmbito do trabalho e das relações de troca.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa balizou-se na observação-participante, com visitas semanais ao assentamento no período entre abril e julho de 2018. Por meio desse recurso metodológico, foi possível acompanhar e observar o trabalho do grupo de mulheres que é executado mensalmente na sede da cooperativa do assentamento, assim como obter informações e dados para o presente estudo, o

Building the way

qual se deu na sua totalidade por meio de depoimentos e entrevistas concedidas pelas assentadas. Também tivemos acesso a imagens de encontros realizados desde o início da formação do grupo, em 2016, às quais, algumas dessas imagens estarão dispostas ao longo do texto do artigo.

Aliado ao trabalho de campo e as entrevistas, construímos um paralelo bibliográfico das questões centrais indicadas ao longo do artigo, quais sejam, a despeito da historicidade da política de assentamentos rurais no Brasil; do debate da questão de gênero nos espaços rurais, em especial nos espaços de assentamentos; da concepção de trabalho artesanal e suas nuances e, por fim, a respeito das relações subjetivas cimentadas pela configuração cotidiana de sociabilidades entre os sujeitos envolvidos.

O processo de formação do Assentamento São Bento em Heitoraí/GO (1996-1998)

O processo formativo e organizativo do Assentamento São Bento ocorre em justaposição à conjuntura de emergência da política de assentamentos rurais no Brasil tendo como marco a década de 1990. O referido assentamento foi estabelecido pelo Decreto nº 195, de 8 de outubro de 1997, estipulando a divisão da área desapropriada com o objetivo de assentar trinta famílias em aproximadamente 1.134,9800 ha. Todavia, é importante mencionar o fato de que a luta dos trabalhadores para consolidar o assentamento desenvolveu-se anteriormente a este período, quando em meados do ano de 1996, mais de trezentas famílias, vindas de diversas regiões (especialmente dos municípios de Itapuranga e Cidade de Goiás), consolidaram um acampamento na GO-427¹.

Em Heitoraí, no período de 1996 a 1998, foram consolidados outros quatro assentamentos rurais², sendo o São Bento um dos primeiros a se estruturar. Vale mencionar o fato de que neste período a Diocese de Goiás, por meio da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI), realizaram um trabalho de politização e assessoramento

¹ Houve a consolidação do acampamento às margens da GO-427 em razão da propriedade rural – denominada de “Fazenda São Bento do Taquaral” – se localizar próxima a esta rodovia.

² Os assentamentos rurais do município de Heitoraí-GO são, respectivamente, assentamento São Bento (1997), Lagoa Grande (1997), Brumado (1998), Margarida Alves (1998) e Bom Jesus (1998).

Building the way

aos trabalhadores em luta na região e adotavam um trabalho de “vigilância” de propriedades rurais passíveis de desapropriação.

No acampamento, a organização dos trabalhadores e trabalhadoras se constituía por meio da coletividade e sociabilidade, isto é, pela necessidade de apresentarem coesão política no contexto de reivindicação e luta pela terra. No espaço do acampamento as relações estão fortalecidas pelos interesses comuns, em especial o de conseguir a terra. Trata-se de uma convivência coletiva demandada por uma necessidade exclusiva e particularmente fruto de uma possibilidade concreta.

Excetuando-se a fase de estranhamentos e ressocializações comum ao início de uma convivência social entre homens, mulheres, crianças e jovens em um espaço de acampamento, como observa Martins (2008), o interesse comum em lutar pela terra aglutina visões de mundo marcadamente antagônicas. Trata-se do que Ferrante (1994) denomina de “espaços de iguais”. Conforme salienta,

[...] a luta estrutura-se pelo querer a terra. Definidos pela contradição de um vivido e de um viver diferenciados, todos os demandantes se põem, em um determinado momento, como iguais, condição que pode ser ultrapassada no viver dos assentamentos (FERRANTE, 1994, p. 135).

No momento da formação do acampamento, o espaço de iguais foi determinante para os trabalhadores e trabalhadoras acampados/as organizarem-se do ponto de vista das estratégias de luta e reivindicações. Ocorre que no assentamento as relações sociais vivenciadas são reelaboradas e ressignificadas, com elementos que envolvem experiências individuais e coletivas, de quando do período do acampamento e mesmo antes disso. As sociabilidades, modelo de convivência social que determina o método de atuação dos homens e mulheres no espaço social vivenciado, se reconstitui e se refaz à medida em que os sujeitos adquirem novas experiências e conservam antigas.

Mediante tais circunstâncias histórico-sociais, fortaleceram-se as relações sociais e os vínculos entre os assentados e as assentadas de São Bento. A realidade social do assentamento ainda preserva os valores morais e sociais estabelecidos no momento em que constituíram o acampamento e passaram a viver sob a “lona preta”. Essa experiência foi essencial para que algumas mulheres do assentamento

Building the way

formassem um grupo, destinado exclusivamente ao trabalho artesanal, com encontros realizados mensalmente.

As relações de gênero nos assentamentos rurais: uma breve reflexão

As relações de gênero nos assentamentos rurais obedecem a uma conjuntura histórica e social que, invariavelmente, tem imputado às mulheres uma busca constante por direitos e espaços de protagonismo social e político. Dessa forma, entende-se que as desigualdades de gêneros nos assentamentos rurais, bem como no espaço rural como um todo, são uma extensão de uma estrutura social historicamente determinada, em que o homem continua a exercer um protagonismo no conjunto da sociedade. Formas diversas de preconceito e estereótipos em relação às mulheres, foram (e continuam sendo) resultado de construções sociais que ao longo da experiência humana foram se entremeando nos diversos espaços sociais, na linguagem, nos sistemas de pensamento e nas estruturas de poder, assim como nas múltiplas formas de expressões e crenças religiosas.

Independentemente do espaço social, seja no campo ou na cidade, em casa ou no trabalho, na escola ou nas ruas, o patriarcalismo, em suas multifacetadas expressões – dentre elas o machismo – permanece exercendo considerável influência nas relações sociais existentes, principalmente no que toca nas relações de gênero. Desse modo, “pesquisar as relações de gênero no meio rural, sobretudo no contexto da reforma agrária, possibilita conhecer a realidade dos assentamentos não unicamente sob enfoque socioeconômico, mas também das relações estabelecidas no cotidiano destes assentamentos” (MORAES; SILVA; BARONE, 2019, p. 122).

Na realidade social dos assentamentos rurais, a condição de subalternidade dos beneficiários dessa política pública, já é, em si mesma, uma violência genuinamente dissimulada, velada em sua constituição teórica e prática. No que tange à mulher, esta, que já se encontra à margem, sua presença no espaço do assentamento reveste-se de uma condição tão somente extemporânea. Diante de tais assertivas, o desconhecimento da especificidade que é referência da contribuição das mulheres nos assentamentos implica na subestimação das suas atividades, tanto na família quando nos diferentes espaços sociais (trabalho, escola, vizinhança, entre outros) culminando em invisibilidades acentuadas. Tais invisibilidades implicam em

Building the way

[...] uma desproporção entre a participação das mulheres na produção de autoconsumo, o que sugere que o trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona de casa, provedora das necessidades da família, de modo geral (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 154-155).

Essa talvez seja uma questão ainda premente. Isto é, a tomada de decisões e a administração do lote ou da parcela nos assentamentos ainda está vinculada à autoridade do homem, encarnado como o “chefe da família”, o “líder” do núcleo familiar. Apesar da evidente hegemonia do homem no tocante às atividades de gerenciamento e administração nos assentamentos, as mulheres vêm ganhando espaço nas atividades consideradas “produtivas”, aquelas associadas à renda obtida por meio da lavoura ou da criação de gado. Embora isso não possa ser considerado um avanço prático, pois ainda persistem discursos que escamoteiam a verticalização das relações de gênero nos assentamentos, como por exemplos as assertivas não incomuns encontradas em falas de assentados e assentadas, em que buscam ressaltar que no espaço de assentamento “ambos decidem tudo”, “ambos trabalham”, “ambos discutem”.

Isso demonstra a existência de *estruturas de invisibilidades* sobre a atuação das mulheres não apenas nos assentamentos, mas também em outros espaços sociais. Isto é, “esta nova forma de invisibilidade chega a subestimar, ou até desconhecer, a capacidade de intervenção das mulheres na produção, reproduzindo, assim, a hierarquia que ainda vê nos homens os autênticos “chefes dos núcleos familiares” (MELO; CAPPELLIN; CASTRO, 2008, p. 93).

Em grande medida e do ponto de vista do trabalho, os aspectos que denotam a invisibilidade feminina nos espaços rurais estão associados, em primeiro lugar, à concepção de que a atividade laboral da mulher não é considerada produtiva, sendo, portanto, não remunerada. Isto é, o trabalho da mulher nos espaços rurais não é passível de reconhecimento social, pois é definido, em grande medida, por visões e concepções estereotipadas. O trabalho por elas realizado, mesmo que tenha significado objetivo para a reprodução social da família, é visto como uma atividade “não-produtiva”, “não-quantificável”, “não-rentável”. Dito de outro modo, a concepção de trabalho feminino no campo associa-se à reprodução da família, ao aspecto secundário e acessório, de manutenção do lar, dos filhos e do marido. Em segundo, a incerteza quanto ao discernimento do que é trabalho doméstico e não doméstico.

Building the way

Por vezes sua jornada de trabalho extrapola a casa e os afazeres domésticos, indo até ao auxílio do homem, do marido e dos filhos na lavoura, no trato com o gado, entre outros (ARO; FERRANTE, 2013).

É sempre importante frisar que inúmeras pesquisas e uma gama de estudos sobre a questão de gênero nos assentamentos rurais brasileiros, vêm demonstrando que o trabalho da mulher ainda não foi reconhecido como remunerado ou produtivo, como se pôde constatar anteriormente. As mencionadas invisibilidades estão fortemente impregnadas no imaginário social, principalmente no que confere à esfera do trabalho e da produção, que mesmo quando reconhecido que a mulher atua em todas as atividades, o discurso de que “ajuda” ou “participa”, está presente na afirmação de que elas não assumem responsabilidades econômicas. Conforme Rua e Abramovay (2000), é tão forte o estereótipo feminino, que as mulheres assentadas, apesar de realizarem todos os tipos de trabalho – como abrir buraco com a escavadeira, ajudar o marido a fazer tudo – continuam se referindo a “ajuda”, e não ao compartilhamento da responsabilidade da produção.

A exclusão da mulher nos processos de decisão nos assentamentos, onde, até mesmo sua força de trabalho empregada neste espaço, é tomada apenas como uma “ajuda”, um “auxílio”, confirma a concretude de tais invisibilidades. Assim, há expressões de violência de gênero que atingem diretamente a estrutura familiar e demonstram que o assentamento não significa necessariamente um espaço de iguais. O fato de as mulheres serem excluídas da titulação, salvo raras exceções, de terem seu trabalho, no lote produtivo ou como assalariadas, encarado como “ajuda”, sem ser-lhes concedido direito de interferir nas decisões tomadas no assentamento, acrescido de atos opressivos dos maridos, pode descaracterizar tais estratégias. (FERRANTE; BARONE, 1998).

Entrementes, a invisibilidade do trabalho feminino nos assentamentos é justificada, tanto pelos homens quanto pelas próprias mulheres assentadas, pelo discurso da incapacidade e inferioridade física das mulheres, em relação às mesmas atividades praticadas pelos homens. Não seria surpresa, a título de exemplo, verificar que os próprios mecanismos institucionais, os mediadores, as organizações governamentais, entre outros agentes atuantes na questão da reforma agrária e dos assentamentos rurais, ainda não conseguiram, de forma efetiva, alterar este quadro de invisibilidades. A própria Constituição Federal de 1988 e a própria Legislação do

Building the way

INCRA³ beneficiava explicitamente os homens no processo de seleção para os lotes e parcelas em assentamentos. A justificativa institucional era a de que as mulheres não detinham a experiência com o trabalho no campo e os mesmos conhecimentos agrícolas que os homens possuíam (MELO; SABBATO, 2008).

No entanto, embora a Constituição Federal de 1988 afirme que o título de domínio ou concessão de uso deverá ser conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente de seu estado civil, a sua regulamentação foi demorada. Sua implementação está relacionada, por um lado, às demandas das mulheres, em especial aquelas que participam de organizações; por outro, ao papel das políticas públicas, no sentido de gerar condições para a efetivação de direitos (MEDEIROS, 2008).

O marco referencial da luta e da inserção na agenda pública dos direitos das mulheres ao acesso à terra, ocorre com maior nitidez a partir da década de 1980 com o processo de redemocratização. A Portaria do Incra nº 981/2003 tornou obrigatória a titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos por um casal em situação de casamento ou de união estável (BRASIL, 2003). Esse direito, que antes inexistia, foi possível graças às pressões de entidades civis, movimentos sociais camponeses e, é claro, de parte das próprias mulheres, frente ao Estado e a agentes políticos, onde no ano de 2000, foram às ruas em um movimento que ficou conhecido como a Marcha das Margaridas⁴ (BUTTO; HORA, 2008).

É necessário pontuar ainda a necessidade concreta de instrumentos legais (documentos, escrituras, inscrições, cadastros e etc.) que sirvam às mulheres como meios de possuírem segurança jurídica e autonomia produtiva no que toca à reforma agrária. Isso decorre de uma precariedade documental a despeito das garantias dos direitos às mulheres (especialmente no que toca à titularidade conjunta e acesso a crédito, como mencionado anteriormente) em que muitas não possuem os documentos necessários para registrar a condição de trabalhadoras rurais e comprovar os vínculos conjugais (casamento ou união estável).

³ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia do governo federal responsável por instituir e implementar a política de assentamentos rurais no Brasil.

⁴ “A primeira Marcha das Margaridas foi realizada no ano de 2000, em Brasília, sob o lema “2000 Razões Para Marchar: Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”, reunindo mais de 20 mil mulheres trabalhadoras rurais, que denunciaram o modelo de desenvolvimento neoliberal, que condicionou principalmente as mulheres trabalhadoras a uma vida de discriminação, pobreza, violência e exclusão social”. (SILVA; LONDERO, 2015, p.13). O nome da referida Marcha advém da líder sindicalista Margarida Alves, que lutava em favor dos direitos das mulheres do campo.

Building the way

Além da titularidade conjunta, outros direitos foram sendo gradualmente conquistados pelas mulheres do campo. Dentre estes destacam-se: a) direito à aposentadoria rural; b) salário-maternidade; c) criação de uma linha de crédito para as mulheres rurais; d) ofertas de cursos de capacitação profissional associadas às atividades agrícolas; e) disponibilização de assessoramento sobre disponibilidade de créditos rurais em bancos, sem a necessidade de intermediários. Vale enfatizar que, embora haja o reconhecimento dos direitos das mulheres do campo e sua inserção na institucionalidade estatal, isso não garante, nem *a priori* e nem *a posteriori* sua efetiva implementação, como a literatura especializada e as pesquisas sobre a temática demonstram largamente.

O desafio de continuar resistindo a toda sorte de estereótipos e preconceitos que a subalterniza, constitui, para as mulheres do campo, resistir a certos empecilhos que vão além de uma mera circunstância estrutural e objetiva. Nesse ínterim, é preciso lutar ante os obstáculos culturais que impedem o exercício da cidadania pelas mulheres nos assentamentos rurais. Esses obstáculos culturais estão, em especial, assentados na esfera produtiva (seu trabalho não é reconhecido como "produtivo", mas, sim, apenas como acessório, como atividade secundária, de apoio ao homem). O acesso da mulher a determinadas atividades produtivas é impedido por uma convicção de que ela não é nem física e nem psicologicamente capaz de exercê-las, embora seja reconhecido, mesmo que abstratamente, o seu direito de realizá-las (RUA; ABRAMOVAY, 2000).

É preciso reconhecer e admitir que a mulher demonstra em igual nível de capacidade e importância que o homem, qualidades mais do que suficientes de administrar um lote de terras, formar estratégias de reprodução social da família e de solucionar problemas que emergem do/no cotidiano.

“Mulheres fortes da terra”: produção artesanal e formação de redes locais de sociabilidades

A discussão que envolve a questão de gênero nos assentamentos rurais é importante na medida em que a condição de subalternidade feminina é posta em prática por diversos mecanismos de coerção e violência simbólica, conforme Bourdier (1989). Além do mais, a intenção de enfatizar essa discussão se torna extremamente relevante para o que procuraremos evidenciar a partir desse item, em especial porque

Building the way

revela como algumas mulheres do Assentamento São Bento buscam lutar cotidianamente por seus direitos e deveres, em primeiro lugar como assentadas e, em segundo, como cidadãs. É por essas e outras razões, que algumas mulheres do assentamento decidiram formar um grupo que tem por objetivo realizar a fabricação de certos produtos artesanais, como tapetes, ornamentos em geral (flores de palha de milho, badalas de barbante, cestas de capim dourado, entre outros), além de algumas quitandas (doce de mamão, doce de abóbora, doce de leite, doce de cocada, pamonha e pães em geral).

O grupo foi constituído no ano de 2016 e desde então se reúne uma vez ao mês para a confecção dos produtos na sede da Cooperativa do assentamento. Por meio da realização de trabalho de campo, pudemos constatar que a motivação para a formação do referido grupo pelas assentadas circunscreveu-se a dois objetivos básicos: a) obter uma renda extra que pudesse ajudar na renda da família de cada uma das mulheres integrantes do grupo; b) contribuir para a manutenção e o fortalecimento dos vínculos e laços de sociabilidades entre as assentadas do grupo. Por meio de algumas falas e depoimentos, verificamos essas questões de modo mais evidente: [...] *olha, nós aqui sempre buscamos um jeito de reunir nos todas do assentamento pra podermos sairmos um pouco de casa, sabe? Pra gente ter um tempo só nosso, das mulheres aqui. Então na verdade a gente formou esse grupo aí, que a gente gosta muito, pra gente poder se encontrar e falar sobre coisas de mulher mesmo sabe...e claro, também fazer alguns objetos e alguns doces* (ASSENTADA AX5)⁵.

Depreende-se, por meio dos relatos, que a questão da renda, inicialmente, era um objetivo a ser alcançado, especialmente quando das intenções de criação do grupo: “[...] *porque no começo nós queríamos que o grupo desse uma boa renda, mas não foi o que aconteceu*” (ASSENTADA AX-3). Entretanto, à medida em que o tempo de experiência do grupo foi se consolidando, a renda deixa de ser um aspecto prioritário, reservando-se tão somente para a compra de matéria-prima para a confecção dos produtos artesanais. Na imagem 1, podemos observar o grupo de assentadas do São Bento.

⁵ Os indivíduos que compõem o grupo da pesquisa (entrevistados) foram alocados no corpo do texto, como se verifica, por meio de pseudônimos (AX-1, AX-2 e etc.), segundo estabelece as normativas da resolução 466/2012 (CEP/CONEP).

Imagem 1: Grupo “Mulheres Fortes da Terra” do Assentamento São Bento em Heitorai/GO, 2018



Fonte: Arquivo pessoal - Assentada AX-3.

Indagadas sobre a permanência do grupo, mesmo com a questão da insuficiência da renda, a maioria das assentadas do grupo responderam afirmando que se tratava de uma atividade importante para manter a amizade e o companheirismo, além de que, poderiam ter reservadas para si “*um tempo para falar de coisas de mulher*” (ASSENTADA AX-10). Quando nos deparamos com tal fala, percebemos que, além de toda carga de preconceitos e estereótipos, vê-se que os diferentes espaços ocupados pela mulher, encontram-se sexuados, pois são demarcados pelo sexo e pela idade (MORAES, SILVA, BARONE, 2019). De acordo com essa perspectiva, há, em diferentes espaços sociais, um condicionamento de fala e posição da mulher, em que é submetida à instituição masculina. Um exemplo claro, por meio da fala acima, é a casa como ambiente doméstico, pois este está sob a “tutela” do marido, onde o grupo, neste caso, seria uma válvula de escape para expressar aquilo que pensa.

Para se ter uma ideia, quando da visita ao grupo de mulheres em um dos encontros realizados mensalmente, questionei se haveria alguma contabilidade do que produziam e comercializavam. A resposta foi negativa. Apenas disseram que uma assentada ficava responsável por fazer a lista de compras da matéria-prima para a confecção daquele determinado produto, e que uniam a renda do que haviam comercializado com a solidariedade de cada assentada, que “[...] ficava de levar um pouco de cada coisa pra fazer os produtos [...]” (ASSENTADA AX-7); isso porque a renda obtida da venda de alguns produtos “[...] não dava para comprar a matéria-
v. 13, n. 1

Building the way

prima toda” (ASSENTADA AX-1). Afirmaram ainda que, em muitas ocasiões, decidiam o que iriam produzir nos encontros alguns dias antes, sem haver para isso qualquer tipo de previsibilidade racional.

Em muitos depoimentos, é possível verificar que um dos motivos para a agregação do grupo de assentadas é justificado pela própria natureza do trabalho artesanal, que em resumo representa “[...] *um sentimento com o que nós faz aqui, né? Porque tudo que a gente produz aqui é com carinho, a gente dá amor e carinho, né? então tudo a gente faz com tempo, dedicação e amor*” (ASSENTADA AX-4). Além dos adjetivos empregados ao trabalho artesanal que realizam nos encontros, as assentadas salientam que essa atividade exige muita técnica, atenção e destreza: “*Olha é um trabalho difícil...porque veja bem; no caso das folhas de palha de milho, você tem todo um trabalho de acabamento que exige muita atenção e foco, você não pode errar se não perda a palha*” (ASSENTADA AX-9).

Nesse sentido, o trabalho artesanal é definido como um conjunto de conhecimentos e habilidades que podem ser empregados para produzir objetos ou desempenhar funções, de acordo com um propósito prático previamente especificado, por meio de uso de força de trabalho manual, com utilização e meios e técnicas tradicionais ou rudimentares, com emprego de destreza, qualidade e criatividade (PADILHA; TAVARES, 2016).

Chama a atenção certas características peculiares que compõem o trabalho e a produção artesanal. A primeira é que essa atividade conjuga habilidades cognitivas (criatividade) e emprego de técnicas manuais específicas. E nesse processo, o artesão ou a artesã se especializam, refinando suas habilidades, corrigindo processos defeituosos e aumentando a qualidade do produto. A segunda, se caracteriza essencialmente pelo envolvimento sentimental do artesão e a artesã com sua obra. Uma terceira, corresponde à participação do trabalhador artesão ou da trabalhadora artesã em todas as etapas do processo produtivo, desde a busca direta pela matéria-prima até o resultado objetivo que é o produto final. No caso dos objetos artesanais, estes podem assumir uma dupla condição: primeiro, o fato de que seu processo de produção é essencialmente manual.

Dessa maneira, “são as mãos que executam basicamente todo trabalho. Segundo a liberdade do artesão para definir o ritmo da produção, a matéria-prima e a tecnologia que irá empregar, a forma que pretende dar ao objeto, produto de sua

Building the way

criação, de seu saber, de sua cultura” (LIMA, 2005, p. 2). Na Imagem 2, podemos observar o produto do trabalho artesanal desenvolvido pelo grupo de assentadas.

Imagem 2: Feitura de doces cristalizados, pamonhas e flores de palhas de milho, 2018



Fonte: Arquivo pessoal - Assentada AX-3.

O artesanato, portanto, não pode ser associado à mera mercadoria, pois consta embutido nele valores culturais, tradicionais, crenças e costumes. O artesanato também está em constante transformação. Diferentemente da lógica capitalista de produção, o artesanato apresenta ritmos e tempo de produção diferenciados. Essa constatação das peculiaridades da produção artesanal pode ser facilmente percebida no tocante às relações de parentesco, de vizinhança, de amizades, de compromissos religiosos, entre tantos outros.

Em suas narrativas, algumas assentadas destacaram essa sazonalidade dos encontros do grupo e, conseqüentemente, da realização do trabalho e da produção artesanal: *“bem, de vez em quando não dá para nós todas encontrar, porque às vezes temos que cuidar de nossas responsabilidades, né? Como colher a pimenta, o milho e cuidar das criações [...]”* (ASSENTADA AX-7); *“tem dias que nós desmarcamos porque não dá para algumas companheiras participar por conta dos afazeres em seus lotes, ne”* (ASSENTADA AX-5). Diante de tais falas, fica evidente que, além do aspecto da sazonalidade comum ao espaço rural, a mulher do campo absorve uma série de atividades laborais além daquelas já determinadas pela

Building the way

construção social estereotipada que lhes são delegadas: cuidar da casa, dos filhos, do marido, entre outras.

Indagadas sobre as percepções que os maridos têm sobre o grupo e sobre o trabalho que realizam, algumas assentadas indicaram que recebem o aval e o apoio dos companheiros. Outras, por sua vez, sinalizaram, indiretamente, que já foram criticadas e até mesmo proibidas de participar dos encontros durante algum tempo: “[...] assim, ele (o marido) aceita muito bem, ne? Inclusive ele me incentiva a participar porque dizendo ele que eu preciso de um momento pra conversar com as amigas” (ASSENTADA AX-3); “eu fiquei muito tempo sem participar do grupo...porque meu esposo não aceitava, achava que nós não fazia nada e ficava falando de homem” (ASSENTADA AX-8). Conforme o exposto, a participação dessas mulheres em um grupo de artesanato em um assentamento rural constitui uma verdadeira resistência às imposições de uma estrutura social permeada de concepções estereotipadas no que toca às mulheres. São sempre percepções atreladas a algo inerente ao tempo livre, à ociosidade, ao lazer, onde poderiam “[...] conversar com as amigas” ou mesmo “[...] ocupar a cabeça com alguma coisa útil” (ASSENTADA AX-6).

Como exposto anteriormente, percebemos que o grupo de mulheres assentadas estão resistindo aos padrões normativos de uma estrutura social de bases patriarcais, mesmo que tais mecanismos de subalternização não sejam percebidos de forma objetiva no cotidiano. E neste ponto do debate é que despontamos para nossa principal tese: a de que essa resistência é possível por liames de subjetividades, na construção do que denominamos de *redes de sociabilidades*. Conforme Ferrante e Barone (1998), existem ações de resistência à situação de deserdadas da terra levadas adiante por mulheres. Verifica-se sua atuação decisiva na construção de espaços de sociabilidade, mesmo por meio dos códigos sociais tradicionais.

Todas as dez mulheres que compõem o grupo são oriundas do processo de luta pela terra no momento em que vivenciaram as agruras do período em que estiveram acampadas. Embora apresentassem trajetórias de vida distintas antes do acampamento, a experiência de viverem sob o mesmo espaço contribuiu para a coesão do grupo e seu fortalecimento relacional. É evidente que aqui não se está romantizando o processo de estabelecimento dessas redes de sociabilidades, que segundo Martins (2008) não se opera sem conflitos, mas a partir deles. O que se intenta demonstrar é que essas relações sociais entre as assentadas foram sendo

Building the way

gradualmente forjadas no período de acampamento, onde continuaram sendo tecidas a partir do e no interior do assentamento.

Quando questionadas sobre o motivo de nomearem o grupo de “Mulheres Fortes da Terra”, algumas assentadas responderam que se tratava de um nome que “[...] representa a luta pra consegui tá aqui nessa terra, né? Que não foi fácil; e também porque a gente precisa continuar lutando, né? (ASSENTADA AX-2); “porque todas as companheiras aqui lutaram juntas quando a gente estava no corredor; então é por isso que a gente escolheu esse nome, porque nós somos forte e estamos aí resistindo até hoje, né?” (ASSENTADA AX-6). Acrescentaram ainda que a ideia original de formar o grupo partiu de uma assentada, na qual fora dialogando com outras assentadas, e assim construindo um consenso para a materialização do projeto. Assim, o grupo que se estruturou já detinha uma experiência que foi crucial para que o projeto desse certo. E essa experiência remete ao tempo de acampadas, quando estiveram lutando pela terra: “[...] na realidade quando a gente formou isso daqui...esse grupo todo aí, nós pensamos que poderíamos aproveitar nossa convivência da época do acampamento, sabe? Até porque nós já tinha trabalhado juntas na cozinha comunitária, na lavoura comunitária, entende? Então isso ajudou a formar o grupo” (ASSENTADA AX-8).

Considerando as devidas particularidades, é muito comum haver nas experiências formativas em espaços de acampamentos a cozinha e a lavoura comunitárias. São experiências de trabalho, produção e consumo coletivas que funcionam como instrumentos de resistência e manutenção do processo de luta pela terra. A partir desses pressupostos, podemos supor que tais experiências coletivas tenham contribuído para reproduzir, no assentamento, uma série de vínculos sociais e sociabilidades entre os assentados/as. Também contribuiu, como ficou comprovado pelas falas, para a formação e consolidação do grupo de assentadas que realizam um trabalho artesanal. Ademais, a experiência com o trabalho artesanal que é aplicado e desenvolvido pelo grupo de assentadas, é resultado de conhecimentos e habilidades que foram potencializadas no acampamento. Segundo relatos de algumas assentadas, já havia, à época em que estavam acampadas, a realização de encontros entre algumas mulheres para a confecção de determinados objetos artesanais, como tapetes, colchas de retalho, cestas de capim dourado doces em geral, entre outros.

Building the way

Essa experiência com o trabalho artesanal que remete aos tempos de acampadas, foi um fator agregador para a formação e consolidação do grupo de mulheres. Em grande medida, o trabalho e a produção artesanal desenvolvidos no acampamento serviam para atender às necessidades cotidianas, uma vez que a realidade social a qual se encontravam eram muito precárias, pois viviam em barracos, sem saneamento básico, água potável, energia elétrica, escolas, etc. Na Imagem 03, podemos observar que as atividades artesanais do grupo de mulheres são realizadas na Cooperativa do assentamento, que no momento de nossa pesquisa-campo passava por algumas reformas estruturais.

375

Imagem 3: Cooperativa do Assentamento São Bento em Heitorai/GO, 2018



Fonte: Arquivo pessoal - Assentada AX-3.

Na urgência de algumas necessidades básicas, as mulheres se prontificavam em produzir aquilo de que precisavam, como roupas, objetos e artefatos domésticos, alimentos, entre outros. Nesse conjunto de experiências acumuladas no tocante ao trabalho e a produção artesanal, é importante salientar que no grupo de assentadas, é possível aferir a existência de uma *economia solidária*. De acordo com alguns autores, o conceito remete a uma forma de trabalho e produção com ênfase na inclusão, autogestão, repartição dos ganhos obtidos e tomadas de decisões coletivas (DANTAS; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2009). Além de que, a economia solidária é uma característica de organizações produtivas e de trabalho alternativas e paralelas ao modelo capitalista e industrial produtivo, incorporando estratégias de

Building the way

reprodução social de indivíduos e grupos sociais marginalizados pelo sistema (SINGER, 2003).

Diante de tais conceituações, foi possível observar que uma parte considerável dos produtos que o grupo fabrica é dividida entre as próprias mulheres do grupo, e não raro, distribuídos entre algumas conhecidas ou vizinhas/os do assentamento: “[...] bem, aqui nós também dividi boa parte do que nós faz aqui; então nós dividi entre nós do grupo e também pra algumas companheiras amigas e vizinhas nossas, né” (ASSENTADA AX-5). Uma característica marcante do produto final oriundo do artesanato, é que ele pode ser destinado tanto para o mercado quanto para o consumo próprio (SANDRONI, 1999). No caso em particular, o produto final do trabalho artesanal desenvolvido pelo grupo de assentadas, destina-se, com maior volume, ao consumo próprio, pois é fruto de divisão entre o próprio grupo e outros sujeitos do assentamento. Nesse contexto, o artesanato e os produtos alimentares podem ser convertidos em instrumento de práticas sociais de sujeitos do campo, por meio de experiências e saberes que englobam o associativismo, o cooperativismo e a economia solidária.

Há, na experiência de grupos de trabalho coletivo, um sentido prático e simbólico que se estrutura a partir de elementos subjetivos. A cultura não é apenas o resíduo da produção material do trabalho humano, mas é, também, “o complexo processo social do organizar-se para criar e dar sentido a todas as experiências da vida individual e coletiva, a cultura “é” e “contém” sistemas de conhecimento, de valor e de poder. Através de seus símbolos e significados atribuímos significados a nós e as nossos mundos”. Quando resolvem produzir de maneira coletiva e, ao mesmo tempo, distribuir o que produzem coletivamente, o grupo de mulheres assentadas emprega sentido e valor cultural àquilo que adquiriram de experiências e saberes ao longo de suas trajetórias de vida. Reelaboram “práticas do saber”, quando aplicam seus conhecimentos e técnicas na produção artesanal. Expõem “éticas do agir”, quando se organizam em grupo e tecem códigos de conduta e regras de comportamentos. Exteriorizam “lógicas do saber e do sentido”, pois empregam valor de uso e subjetividade ao que realizam, tanto ao trabalho quanto ao produto final (BRANDÃO, 2015, p. 177).

Essa subjetividade, inerente aos processos sociais da cultura, define como os sujeitos sociais se comportam diante da vida cotidiana. Nessa simbiose de

Building the way

objetividades e subjetividades expostas na vida cotidiana, estamos sendo constantemente moldados por nossas experiências sociais e saberes culturais. Diante de tal perspectiva, notei uma preocupação nos depoimentos de algumas assentadas quanto à continuidade do grupo e do trabalho que desenvolvem: *“a questão aqui é que nós somos já mulheres mais velhas ne; então não temos outras companheiras que se interessam em continuar com isso aqui”* (ASSENTADA AX-4). Nos encontros do grupo, percebeu-se que há pouca participação dos filhos e filhas das assentadas. Até porque o assentamento não possui um número significativo de jovens, uma vez que a maioria migrou para as cidades mais próximas, como Heitoráí, Itapuranga ou Itaberaí.

Em frente a este quadro de incertezas quanto ao futuro do grupo, algumas assentadas buscam incentivar a participação de outras mulheres do assentamento: *“[...] aqui nós tenta incentivar as outras mulheres a participar dos encontros que nós faz; mas é que tem muita mulher que não vem porque não tem afinidade ou porque não tem interesse mesmo, sabe?”* (ASSENTADA AX-9). Pelas falas, constatou-se que há uma clivagem de relacionamentos entre algumas mulheres do assentamento, o que demonstra conflitos de interesses. Em grande medida, essa cisão ocorre devido a fatores de ordem moral e afetiva, oriundos de uma realidade individualista e introspectiva. Sobre a influência desses conflitos de relacionamentos no desenvolvimento da atividade artesanal do grupo de assentadas, verificou-se sua interferência no processo de conformação das relações éticas e morais que norteiam a sua estrutura organizativa. Isto é, mesmo que o discurso da maioria das mulheres tenta viabilizar uma sociabilidade plenamente concretizada nos quadros das relações sociais no interior do assentamento, nota-se uma divisão seletiva de quem participa ou não do grupo.

As divergências e os conflitos gestados no interior do assentamento acabam determinando como se constroem as tessituras das relações interpessoais entre os assentados e outros sujeitos. Desse modo, não se pode negligenciar que o próprio grupo de mulheres assentadas demonstram imposições e ideias que são opostas e que geram estranhezas entre seus pares. Dito isso, as redes de sociabilidades não são constituídas plenamente por equivalências de ideias e interesses, o qual resultaria de uma visão equivocadamente romantizada. São os conflitos que geram novas experiências e definem novos campos de atuação das

Building the way

sociabilidades por meio de uma intensa profusão de saberes e vivências de diferentes sujeitos sociais.

Considerações finais

Na atual conjuntura, não há nenhum impeditivo legal que trave o direito de as mulheres assentadas constituírem-se em beneficiárias da reforma agrária no contexto da política de assentamentos rurais. Apesar de tais garantias legais e de isso representar, no âmbito da luta e reivindicação dos direitos das mulheres, um avanço considerável na questão de gênero nos assentamentos, o que se verifica na prática é um baixíssimo número de mulheres que são cadastradas como titulares de lotes. Isso porque ainda persiste a concepção derivada de uma construção social e histórica, que confere ao homem a responsabilidade por manter e prover a sustentação da família e do ambiente doméstico. No caso da realidade social dos assentamentos, essa responsabilidade destinada aos homens se reserva quase exclusivamente à busca por créditos, financiamentos, insumos, realização do trabalho e a comercialização dos produtos. Ou seja, aquilo que no imaginário social é tido como genuinamente produtivo.

Diante disso, o próprio INCRA, indiretamente, confere prioridades aos homens, por considerar estes mais “aptos” e melhor “preparados” para exercer a gestão dos lotes. E não apenas o INCRA, mas também as próprias mulheres assentadas acabam por reforçar o estereótipo de supostas incapacidades de gestão e administração desses mesmos lotes (RUA; ABRAMOVAY, 2000). Porquanto, a mencionada invisibilidade da atuação feminina nos espaços de assentamentos vem sendo discutida com maior profusão e crítica social. De tal modo que as mulheres vêm construindo alternativas de organização social e produtiva como método de empoderamento de suas ações cotidianas, ao mesmo tempo em que buscam obstinadamente a reivindicação de direitos a elas garantidos.

Dessa forma, o grupo de mulheres do Assentamento São Bento que realiza um trabalho artesanal vem articulando gradativamente meios e estratégias de construir uma alternativa ao engodo das relações de gênero baseadas na estrutura patriarcal existente no espaço do assentamento. Essa perspectiva revela que as mulheres do grupo estabelecem relações interpessoais que configuram redes de

Building the way

sociabilidades, que são possíveis graças aos vínculos e aos laços interpessoais sedimentados ao longo da história de luta pela terra (fase do acampamento) e luta na terra (conquista do assentamento). Por mais que haja momentos de instabilidades, incertezas, conflitos e incongruências, nota-se uma significativa coesão do grupo, elemento crucial para a busca da autonomia feminina.

E aqui é importante frisar. O fato de a renda ser insuficiente não interfere, essencialmente, na construção da sociabilidade e na formação da identidade coletiva do grupo de mulheres dentro do assentamento. A precariedade de renda entre o grupo de mulheres, impõe-lhes a necessidade de dar respostas adaptativas às crises, recorrendo até mesmo ao trabalho acessório não agrícola. Tais situações, que a princípio seriam indícios de descamponização, no entanto, percebe-se como prática convertidas em estratégias de resistência, conforme enfatiza Shanin (2005).

De todo modo, é preciso considerar que a renda é um elemento que poderia constituir-se em um instrumento de potencialização das ações e extensão do grupo de mulheres assentadas. Poderia, inclusive, indicar maior autonomia e poder de decisão dessas e outras assentadas no interior do assentamento. Mesmo que a questão da renda não seja uma prioridade do grupo de assentadas, como ficou demonstrado, sua valorização se torna importante na medida em que fornece subsídios para a elaboração de estratégias e ações que favoreçam as reivindicações das mulheres em espaços sociais diversos.

REFERÊNCIAS

ARO, Daniele Torres; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Mulheres assentadas: da invisibilidade ao protagonismo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 16, n. 1, p.199-226, ago. 2013. Disponível em:<<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/135>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luís Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

BOURDIER, Pierre. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Bertrand, 1989. Tradução de Fernando Tomaz.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Nós, os Humanos**: do mundo à vida, da vida à cultura. São Paulo: Cortez, 2015.

Building the way

BRASIL. Divisão de Assentamentos, Superintendência Regional do INCRA – *Decreto nº 195 de 8 de outubro de 1997*, p. 2 – Goiânia, sala t-2, armário nº 5.

BRASIL. Portaria nº 981/2003, de 02 de outubro de 2003. *Altera a Norma de Execução SDA Nº 29 de 2002*. Brasília, 03 out. 2003. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=185200>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BUTTO, Andrea; HORA, Carla Emmanuela R. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea. **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 21-37.

DANTAS, Leiliam Cruz; GUIMARÃES, Luiz Eduardo Cid; ALMEIDA, Juliana Donato de. **Produção artesanal, design participativo e economia solidária: a experiência do grupo mulheres da terra**, Pilões-PB. 2009. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009_tn_sto_095_646_12697.pdf>. Acesso em: 07 maio 2019.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; BARONE, Luis Antônio. **Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida**. 1998. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108130/ISSN1984-0241-1997-20-121-147.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo; ESTERCI, Neide et al (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

FERREIRA, Brancolina. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do Governo Federal. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo; ESTERCI, Neide et al (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

GIRARD, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora**. 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/157/157>>. Acesso em: 06 jul. 2022.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela (Org.). **Impactos dos assentamentos rurais: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; São Paulo: Unesp, 2004.

LIMA, Ricardo. **Artesanato: cinco pontos para discussão**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Artesanato_Cinco_Pontos_para_Discussao.pdf>. Acesso em: 19 maio 2019.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea. **Mulheres na Reforma Agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008. p. 9-18.

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, Alberto di. O Censo da Reforma Agrária de 1996 e 1997 em uma perspectiva de gênero. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea. **Mulheres na Reforma Agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008. p. 21-37.

MELO, Hildete Pereira de; CAPPELLIN, Paola; CASTRO, Elisa Guaraná de. Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: nas relações entre as mulheres e os homens - O Caso do Pontal de Paranapanema. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea. **Mulheres na Reforma Agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008. p. 81-153.

MORAES, Ana Paula da Silva; SILVA, Edvânia Aparecida da; BARONE, Luis Antonio. A participação da mulher nos assentamentos rurais: um estudo no pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**. São Paulo, v. 14, n. 1, p.115-134, 13 mar. 2019. Disponível em:<<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/79>>. Acesso em: 13 mar. 2019

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “Coordenadoras de Painelas”?** – as relações de gênero nos assentamentos. Brasília: UNESCO, 2000.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SHANIN, T. **A Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações** – o Velho e o Novo em uma Discussão Marxista. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 8, n. 7 p. 1-21 Jul./Dez. 2005.

SILVA, Vinicius da; LONDERO, Josirene Candido. **A marcha das margaridas**: política de gênero em busca da eficácia dos direitos e garantias fundamentais das trabalhadoras rurais. 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Jean%20Carlos/Downloads/14249-9193-1-PB.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2019.

SINGER, Paul. **Economia solidária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

TAVARES, Felipe Yuri; PADILHA, Valquíria. Os sentidos do trabalho e a produção artesanal: os casos do luthier e do mestre vidreiro. **Revista Mundi Engenharia**,

Building the way

Tecnologia e Gestão, v. 1, n. 1, p. 6-24, 2016. Disponível em:
<<https://periodicos.ifpr.edu.br/index.php/MundiETG/article/view/80/24>>. Acesso em:
24 abr. 2019.

FONTES ORAIS

AX-1, Entrevista I. [mar. 2018]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2018. 1 arquivo. mp3 (30 min.).

AX-2, Entrevista II. [abr. 2018]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2018. 1 arquivo. mp3 (60 min.).

AX-3, Entrevista III. [jun. 2017]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2017. 1 arquivo. mp3 (42:56 min.).

AX-4, Entrevista IV. [jul. 2017]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2017. 1 arquivo. mp3 (33 min.).

AX-5, Entrevista V. [jul. 2018]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2018. 1 arquivo. mp3 (24 min.).

AX-6, Entrevista VI. [jul. 2018]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2018. 1 arquivo. mp3 (30:22 min.).

AX-7, Entrevista VIII. [jul. 2017]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2017. 1 arquivo. mp3 (60 min.).

AX-8, Entrevista VIII. [jul. 2018]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2018. 1 arquivo. mp3 (58:25 min.).

AX-10, Entrevista X. [jul. 2018]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2018. 1 arquivo. mp3 (36:29 min.).